



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

1
[Handwritten signature]

141/2017

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO
DE ESPAÇOS VERDES NO MUNICÍPIO DE LOULÉ, PELO
VALOR GLOBAL DE 23.088,00€, AO QUAL ACRESCE O IVA À
TAXA LEGAL.**

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano 2017, em Loulé, no Edifício dos Paços do Concelho, perante mim, Maria Ricardo Correia Pinto Guerreiro, oficial público dos contratos, da Câmara Municipal de Loulé, conforme despacho emitido pelo Senhor Presidente da Câmara no dia vinte e um de Outubro de dois mil e treze, é celebrado o presente contrato.-----

Entre o **MUNICÍPIO DE LOULÉ**, pessoa coletiva número 502098139, com sede na Praça da República, em Loulé, representado por **VÍTOR MANUEL GONÇALVES ALEIXO**, na qualidade de seu Presidente, com poderes para o ato, nos termos legais e a firma **MARTINS GAGO & FILHOS, LDA.**, com sede em Largo de São Sebastião, 26, S. Brás de Alportel, matriculada na Conservatória do Registo Comercial com o número único de matrícula e pessoa coletiva 501764402, com o capital social de 249.399,00€, representada por **ARMANDO GASPAS MARTINS GAGO**, portador do cartão de cidadão número 14254150-8ZY4, emitido pela República Portuguesa, válido até 6 de agosto de 2018, contribuinte número 189078960, na qualidade de gerente e procurador, com poderes para o ato conforme consta da certidão permanente e procuração datada de 14 de dezembro de 2016, é celebrado e reciprocamente aceite o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:-----

PRIMEIRA: Por despacho do Sr. Vice-Presidente de **5 de abril de 2017**, e na sequência do concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República número 239, II Série de 15 de dezembro de 2016 e 19, II Série de 26 de janeiro de 2017 e, foi adjudicado à empresa **MARTINS GAGO & FILHOS, LDA.**, a prestação de: "SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NO MUNICÍPIO DE LOULÉ" - **Lote 4 Interior**, pelo valor global de 23.088,00€ (vinte e três mil e oitenta e oito euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, conforme caderno de encargos e proposta do adjudicatário, e demais elementos patentes no concurso que se consideram integrados no presente contrato, tendo o encargo cabimento na rubrica orçamental **02/02.02.03**;----



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

2
PNC

A despesa referente a este contrato tem o compromisso orçamental n.º **5289** e LCPA n.º **6849**, no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21/06;-----

SEGUNDA: O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de manutenção de espaços verdes no município de Loulé – Lote 4 - Interior, conforme se descreve pormenorizadamente no caderno de encargos e na proposta do prestador de serviços que se dá por inteiramente reproduzida; -----

TERCEIRA: Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no presente contrato decorrem ainda para o prestador de serviços as obrigações previstas no artigo quarto (cláusulas gerais) do caderno de encargos;-----

QUARTA: O contrato tem a duração de dezasseis meses e inicia-se a 1 de Maio de 2017, e caducará automaticamente no término desse período.-----

A prestação de serviços terá lugar de acordo com o planeamento de serviços, e conforme os anexos técnicos ao caderno de encargos;-----

QUINTA: Compete à Câmara Municipal de Loulé o controlo e fiscalização dos trabalhos inerentes à prestação de serviços, nos termos do artigo quinto da parte I – cláusulas gerais do caderno de encargos que aqui se dá como transcrito, para todos os efeitos legais;-----

SEXTA: O prestador de serviços será responsável por todos e quaisquer danos e prejuízos, causados à Edilidade e a terceiros, que resultem das atividades exercidas no âmbito da prestação de serviços contratada.-----

O prestador de serviços, fica obrigado a dispor de apólices de seguro válidas, contra acidentes de trabalho, relativamente a todo o pessoal que presta serviço e a terceiros, responsabilidade civil, contra danos provocados à Edilidade ou a terceiros;-----

SÉTIMA: Pelo incumprimento das obrigações emergentes do contrato, a Edilidade pode exigir o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:-----

a) Quando ocorram atrasos relativamente ao planeamento dos serviços será aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o tempo de atraso relativamente ao previsto no



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

3
fuer

plano de trabalhos, que corresponderá a 2% (dois por cento) do valor correspondente ao total da tarefa a faturar por cada dia de atraso.-----

b) Quando se verifique nas ações de fiscalização da execução do contrato que os meios afetos ao Lote 4 não são os que constam do contrato será aplicada uma pena pecuniária que corresponderá a 50% (cinquenta por cento) do valor mensal a faturar.---

O valor das penalidades pecuniárias a aplicar é creditada a favor da Autarquia ou deduzida na fatura do mês seguinte;-----

OITAVA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Edilidade pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos: -----

a) Quando se verifiquem incumprimentos, ou seja atraso no início ou na conclusão de serviços solicitados e confirmados, em 3 (três) serviços.-----

b) Quando se verificar que o objecto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo prestador de serviços. -----

O direito de resolução referido exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Edilidade. Em caso de incumprimento contratual de qualquer uma das situações descritas na clausula sétima, de forma recorrente (consecutivamente ou interpolada) a Edilidade reserva-se no direito de proceder à rescisão imediata do contrato, sem direito ao pagamento de qualquer indemnização ou custos que daí possam advir, prescindindo de qualquer pena pecuniária por parte do prestador de serviços.-----

NONA: Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;-----

No caso acima previsto o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Edilidade que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
Código Postal 8100

4

[Handwritten signature]

se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo. A resolução do contrato nos termos desta cláusula não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.-----

DÉCIMA: O prestador de serviço garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da Edilidade;-----

DÉCIMA PRIMEIRA: Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar;-----

Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos acima referidos, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas;-----

Não constituem motivos de força maior os previstos no ponto 3 do artigo 11, do Caderno de Encargos;-----

A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior;-----

DÉCIMA SEGUNDA: A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos. Nos termos previstos no Regime Jurídico das Autarquias Locais, na sua redação atual, é intenção do município concretizar a delegação de competências em matéria de gestão e manutenção de espaços verdes nas juntas de freguesia. Deste modo, fica prevista a cessão de posição contratual do



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Código Postal 8100

5
f
le
anc

Município às Juntas de Freguesia cujos espaços se encontram abrangidos em cada um dos lotes previstos no caderno de encargos.-----

DÉCIMA TERCEIRA: As quantias devidas pela Edilidade devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva. O prestador de serviços apresentará mensalmente a fatura relativa aos serviços prestados no mês anterior, de acordo com os preços unitários apresentados, devidamente acompanhada de relatório mensal de execução de serviços. O pagamento dos serviços efetuados apenas será processado, após a aprovação do relatório mensal de execução de serviços, pela Divisão de Ambiente, Espaço Público e Transportes, uma vez que se considera o serviço como executado, apenas após o cumprimento desta formalidade. No caso de ocorrerem intervenções pontuais nos espaços abrangidos pelo presente concurso que impeçam o prestador de serviços de desenvolver os trabalhos inerentes à prestação de serviços este não procederá à facturação do valor correspondente a esse período. Em caso de discordância por parte da Edilidade quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida;-----

DÉCIMA QUARTA: Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulado o foro dos tribunais com competência territorial no concelho de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.-----

DÉCIMA QUINTA: Que, nos casos omissos ao presente contrato, ou aos documentos a ele anexos, aplicar-se-ão as normas legais em vigor e supletivamente o disposto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e restante legislação aplicável.-----

Que este contrato foi precedido de minuta, aprovada por despacho do Sr. Vice-Presidente de 5 de abril de 2017 e aceite pela representada do segundo outorgante.----

Do presente contrato fazem parte:-----

- Programa de Procedimento;-----

- Caderno de Encargos;-----

- Proposta do adjudicatário.-----

**CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ**

Código Postal 8100

- Despachos e Informações técnicas;-----

E, que ambos os outorgantes aceitem este contrato nos precisos termos exarados, de que tomaram integral conhecimento, assim como dos documentos anexos, que depois de lido vai ser assinado por todos os intervenientes.-----

O PRIMEIRO OUTORGANTE,**O SEGUNDO OUTORGANTE,****O OFICIAL PÚBLICO DOS CONTRATOS,**